geiros ruins e ninguém questiona. A televisão nos bombardeia com programas de baixo nível e ninguém diz nada. Tudo por hábito. Nós não queremos que o público se acostume a ver maus curtas-metragens, mas também não aceitamos que só o curta-metragem seja considerado ruim. Se querem reclamar, então reclamemos de tudo: do curta-metragem mas também do cinejornal, do mau filme estrangeiro, da má qualidade do programa de televisão. Vamos questionar tudo de uma vez.

ABD CRIA CONSELHO NACIONAL

Criado no dia 29 de janeiro, em Brasília, no encerramento do Encontro Nacional de Dirigentes da Associação Brasileira de Documentaristas e já em pleno funcionamento, o Conselho Nacional das Associações Brasileiras de Documentaristas visa a concretizar a unidade de atuação das várias entidades da classe no País e defender a integridade da Lei que criou a obrigatoriedade de exibição do curta-metragem brasileiro, além de procurar oferecer novas sugestões que permitam o aperfeiçoamento da legislação existente sobre o assunto.

O Conselho, que no seu primeiro documento enfatiza "as conquistas proporcionadas pelas Resoluções 18 e 19 do Concine", é integrado pelos cineastas Noílton Nunes, da ABD do Rio de Janeiro, Márcio Curi, da ABD do Distrito Federal, Thomaz Farkas, da ABD de São Paulo, Guido Araújo, da ABCP da Bahia, Fernando Monteiro, de Pernambuco, Homero Carvalho, do Paraná, Victor de Almeida, da AMPC de Minas, e João Januário Guedes, da ABD do Pará.

Durante os três dias de duração do Encontro, promovido pela ABD do Distrito Federal e pela Fundação Cultural do Distrito Federal, os representantes de todos os Estados debateram, a partir de comunicações individuais e de trabalhos em grupo, todos os temas relativos, direta e indiretamente, ao curta-metragem, procurando fixar uma definição da classe, em todo o País, "sobre a atual política de incentivo à produção e comercialização do curta-metragem". Ao final, procuraram escolher para a primeira diretoria do Conselho Nacional das Associações Brasileiras de Documentaristas "representantes legítimos da classe, com atividade reconhecida nos seus Estados e, portanto, aptos a representar o consenso da classe a nível nacional, o que pretende evitar, de futuro, quaisquer dúvidas sobre a representatividade das ABDs face às disposições, resoluções e medidas, de qualquer natureza, que visem ao desenvolvimento e fortalecimento do filme brasileiro de curta-metragem".

No seu primeiro documento, elaborado logo após a eleição da sua diretoria, o Conselho Nacional das Associações Brasileiras de Documentaristas reconheceu os esforços da Embrafilme no incentivo à produção e comercialização do curta-metragem, apontando como prova disso a transformação da Divisão de Curta-Metragem em Departamento, "com maiores possibilidades de desempenhar suas funções, compromissos para com o desenvolvimento e afirmação do gênero". Considerou, ainda, que a Embrafilme encontra-se "mais comprometida do que nunca" com a efetiva e plena colocação do curta-metragem nos mercados tradicionais (35 e 16mm) e paralelo e ressaltou o reconhecimento dos documentaristas por esse esforço, citando, como exemplo, o apoio dado à empresa na negociação com os exibidores da proposta do acordo sobre os curtas-metragens.

Considerando o "implícito acordo" com a Embrafilme, em termos táticos, o Conselho pleiteou o apoio daquela no sentido de que o Concine aprovasse imediatamente o projeto de resolução sobre a exibição de curta-metragem, a ela encaminhado pelos participantes do Encontro Nacional de Dirigentes da Associação Brasileira de Documentaristas e o desencadeamento de uma campanha institucional sobre o curta-metragem, a ser veiculada a partir da extensão oficial da lei de obrigatoriedade de sua exibição a todo o País. Segundo o projeto do Conselho, a campanha consistirá na utilização de *out-doors,* cartazes, edição de *press-books,* de filmes promocionais realizados pela Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República, com veiculação obrigatória pelas TVs, assim como na instituição de prêmios nacionais e internacionais para o setor de curta-metragem e para a realização de um concurso de monografias sobre o tema.

O Conselho pediu, também, no que se refere à TV e tendo em vista a assinatura da portaria interministerial sobre o aproveitamento de filmes nacionais pela televisão, que, no caso dos curtas-metragens, seja observado "o preço mínimo

de Cr$ 3 mil (três mil cruzeiros) por minuto, reajustáveis, conforme o estabelecido na portaria interministerial sobre o assunto".

Do Departamento de Curta-Metragem da Embrafilme, reivindicou que fosse estipulado um teto máximo reajustável de Cr$ 60 mil (sessenta mil cruzeiros) e de um mínimo de Cr$ 30 mil (trinta mil cruzeiros) para filmes prontos em 16 e 35mm, assim como a definição de critérios para "tais variações de avanço", a definição de normas para o "atendimento de filmes de 16 e 35mm no copião", a ampliação dessa ajuda e que os pedidos sejam "atendidos pelo Departamento rigorosamente conforme a sua ordem de entrada".

O Conselho pleiteou, ainda, a oficialização do documento assinado durante a VII Jornada Brasileira de Curta-Metragem, realizada em Salvador, em 1978, sobre os contratos de venda de direitos de contratipagem e a viabilização, pela Embrafilme, da criação ou ativação do projeto dos pólos cinematográficos regionais, visando à urgência da regionalização da produção do curta-metragem. Defendeu a necessidade de serem implantados ainda este ano os pólos do Ceará, Pernambuco, Bahia, Distrito Federal, Pará e Paraná e a importância da consolidação dos convênios firmados com as ABDs de Minas Gerais e São Paulo, "através do aporte contínuo de recursos".

Além de solicitar à Embrafilme um apoio especial à divulgação dos festivais de curta-metragem e para a realização de reuniões de classe, simpósios e debates com documentaristas e pesquisadores, o Conselho Nacional de Dirigentes da ABD chamou a atenção das autoridades "para a importância potencial da formação de novos mercados para o curta-metragem, não só como fontes alternativas de remuneração para o produto, mas, principalmente, pela sua importância na preparação e educação de novos públicos, com ênfase especial para os trabalhos dos cineclubes, universidades e escolas, cada vez mais receptivos à assistência, compreensão e debate dos filmes culturais brasileiros".

AMBRÓSIO FREGOLENTE (1912-1979)

Vítima de um enfarte do miocárdio, morreu, no dia 19 de março último, em sua residência na cidade de Mendes, Estado do Rio de Janeiro, o médico e ator de cinema, teatro e televisão Ambrósio Fregolente, que contava 66 anos de idade, a maior parte dos quais dedicada à vida artística. Nascido em São Paulo, no dia 15 de outubro de 1912, chegou ao Rio de Janeiro para cumprir uma promessa feita à mãe: formar-se em Medicina. Mas só veio a formar-se médico (psiquiatra) em 1965, com 53 anos, após 21 de estudos.

Conciliando suas atividades de médico e ator, participou de vários filmes e peças teatrais. Na televisão, atuou em algumas novelas, como *Dona Xepa, Sinhazinha Flor, Dancin'Days,* etc. Era também pintor, músico e funcionário público aposentado. Em 1975, recebeu o título de *Cidadão do Estado da Guanabara,* concedido pela Assembléia Legislativa do então Estado da Guanabara.

No cinema, atuou em mais de 60 filmes, na maioria deles representando papéis cômicos. Estreou em 1947 no filme *Sempre Resta uma Esperança,* de Nelson Schult. Seu último trabalho foi em *Gargalhada Final,* realizado por Xavier de Oliveira, em 1978. Na véspera de sua morte, o artista recebeu em sua residência, em Mendes, um grupo de cineastas, ocasião em que fez um relato completo sobre suas atividades artísticas e sobre sua vida, para a produção de um documentário de curta metragem. Em 1974, foi um dos candidatos ao Prêmio INC e troféu *Coruja de Ouro,* na categoria de Melhor Ator, pela sua interpretação no filme *Sedução,* de Fauzi Mansur.

FILMOGRAFIA — *Sempre Resta uma Esperança,* de Nelson Schult, 1947; *Mulher de Longe,* de Lúcio Cardoso — inacabado; *Almas Adversas,* de Léo Marten, 1949; *Estrela da Manhã,* de Jonald; *Não é Nada Disso,* de José Carlos Burle; *A Sombra da Outra,* de Watson Macedo; *Aglaia,* de Ruy Santos — inacabado, 1950; *Tocaia,* de Eurides Ramos; *Coração Materno,* de Gilda de Abreu; *Garota Mineira,* de Leopold Somporn (João H. Leopoldo), 1951; *Três Vagabundos,* de José Carlos Burle; *Brumas da Vida,* de Eurides Ramos; *Noivas do Mal (Moças Desesperadas),* de Jiri Dusek; *O Preço de um Desejo,* de Aloisio T. de Carvalho, 1952; *Balança, Mas Não Cai,* de Paulo Wanderley, 1953; *Marujo Por Acaso,* de Eurides Ramos; *Rua Sem Sol,* de Alex Viany, 1954; *O Barbeiro Que Se Vira,* de Eurides Ramos; *Absolutamente Certo!,* de Anselmo Duarte, 1957; *Minha Sogra é da Polícia,* de Aloisio T. de Carvalho, 1958;